

O MOMENTO DO JORNALISMO:
ENTRE A CULTURA E A TÉCNICA DA NOTÍCIA¹

Luís Francisco Munard²

RESUMO: A *história do jornalismo* produziu uma série de leituras sobre o evento identificado com a *Gênese* ou a *invenção* da profissão. Dentre estas, podemos distinguir uma que, tomando como ponto de partida a “cultura de notícias” na Itália renascentista lá encontra o primeiro esboço do jornalismo, e outra que descobre essa mesma arquitetura profissional no desenvolvimento de padrões textuais normatizados por uma técnica, na Era Industrial. Utilizando essas duas versões como ponto de partida, este artigo pretende fornecer uma noção mais precisa do fenômeno jornalismo, a partir da busca por uma mentalidade de época, configuração de público, exercício de crítica e liberdade de imprensa. Parte da ideia de que não se pode, efetivamente, fazer uma *história do jornalismo* sem analisar suas preocupações institucionais e contextuais, sua recepção pelo público e a criação de convenções e estruturas discursivas fortemente dependentes do mesmo público – nunca estagnadas ou metafísicas, já que perfeitamente mutantes. Noutras palavras, busca demonstrar que não é possível fazer uma *história do jornalismo* independente da própria História.

PALAVRAS-CHAVE: *História do jornalismo; História Moderna; Cultura da notícia; Objetividade; República das Letras.*

ABSTRACT: The history of journalism has produced a series of readings on the event identified with Genesis or the invention of the profession. Among these, we can distinguish one that, starting with the "news culture" in Renaissance Italy, finds the first sketch of journalism, and another that discovers this same professional architecture in the development of textual standards normalized by a technique, in the Era Industrial. Using these two versions as a starting point, this article aims to provide a more accurate

¹ Uma versão deste trabalho foi apresentada no GT História do Jornalismo do X Encontro Nacional de Pesquisadores de História da Mídia, Porto Alegre, 2015.

² Professor adjunto do Curso de Comunicação Social - Jornalismo da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Graduado em Jornalismo e em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Mestre em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutor em História Moderna pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

notion of the journalism phenomenon, from the pursuit of a time-minded, public setting, critical exercise and freedom of the press. It starts from the idea that one cannot effectively make a history of journalism without analyzing its institutional and contextual concerns, its reception by the public and the creation of conventions and discursive structures strongly dependent on the same public - never stagnant or metaphysical, since perfectly Mutants. In other words, it seeks to demonstrate that it is not possible to make a history of journalism independent of history itself.

KEYWORDS: *History of journalism; Modern History; Culture of the news; Objectivity; Republic of Letters.*

A pesquisa da história do jornalismo constantemente se debate com sérias limitações de investigação documental. Nalgumas vezes, consiste na reprodução cronológica de periódicos considerados fundadores, noutras, na repetição pouco crítica dos passos fundamentais dados pelos jornalistas na escalada da invenção da profissão. Essa história de cunho metódico, demasiado preocupada com a questão da fundação, perde de vista todo o enraizamento social, cultural e econômico das práticas impressas em seu contexto de solidificação e expansão, independentemente de, a rigor, deverem ser consideradas ou não jornalísticas.

Ao contrário de procurar por aquilo que é jornalismo, identificando-o onde quer que haja espaço para práticas sociais de cunho informativo, pode parecer mais frutífero investigar as várias modalidades de práticas informativas que disputaram espaço no ambiente moderno. Ainda que preparem o terreno para a consolidação de hábitos intelectuais próximos do consumo regular de novidades ou reflexão sobre o tempo presente, esses novos hábitos introduzem uma “cultura della notizia”, como sugere Giovanni Gozzini, que não é propriamente “journalisme”.

Se os ensaios historiográficos relativos à busca das origens e dos momentos fundadores ajudaram em algo, foi a distender enormemente o conceito de jornalismo, que se viu espremido entre uma espécie de epistemologia do tempo presente e de uma deontologia provinciana. Ou se trata de uma prática genérica anterior (ou paralela) à reflexão histórica, ou então é tardia e identificada pontualmente com um ou outro modelo de redação profissional. Algumas histórias sugerem que a busca pela definição de estratégias discursivas capazes de transplantar o real para a representação já constituem uma forma de jornalismo. Nessa versão de “o jornalismo é o relato”, historiadores antigos como Tucídides já se deparavam com os princípios deontológicos

da profissão. Por outro lado, concentrados na questão da periodicidade, independente da relevância sociocultural das expressões escritas, conseguiu-se ver nas *acta diurna* afixadas na parede do Senado um exercício de escribismo-jornalístico, onde o escriba, ao assinalar as decisões do Senado numa tábua, estava também produzindo jornais. Esses exercícios de passadismo, longe de oferecerem versões históricas confiáveis, sustentam uma ideologia na qual o escritor já sabe o que quer encontrar.

É possível perceber, ademais, que a versão do jornalismo ancestral rivaliza com outra versão igualmente pouco confiável: a *corrente* da historiografia estadunidense que costuma, como por exemplo com Jean Chalaby, limitar a construção do jornalismo a uma experiência profissional bastante pontual e específica, curiosamente restrita à forma como o jornalismo se desenvolveu nos Estados Unidos e Inglaterra, isto é, intimamente dependente da ascensão da burguesia industrial e da prática escrita limitada pela técnica. O supracitado autor, através de uma concepção do jornalismo em que seu ponto culminante é a consolidação do padrão industrial, sugere que o jornalismo francês do século XVIII, dada sua imersão em formas narrativas mais próximas da literatura e filosofia, não era *jornalismo*.

Construir um roteiro hermenêutico para a pesquisa implica em, em primeiro lugar, investigar qual o imaginário particular daqueles que produzem e imprimem panfletos e qual o enraizamento social de suas práticas ainda incipientes. E, a partir daí, verificar se esse imaginário corresponde, de alguma forma, à ideia de publicar informações atuais e regulares voltadas para um público, dentro de pressupostos de veracidade. Num competente estudo sobre a *storia del giornalismo*, Giovanni Gozzini recorre a uma fórmula de Pizarroso Quintero, propondo um conceito que parece ter aplicabilidade historiográfica:

Uma história do jornalismo aberta para a dinâmica da sociedade deve definir seu próprio objeto de estudo como "informação atual destinada a um público com frequência periódica": uma definição mais modesta, mas que resulta confirmada pela investigação sobre os primeiros jornais da idade moderna, que identificam o caráter de novidade com relação às formas precedentes de comunicação cultural na variedade de conteúdo e periodicidade (GOZZINI, 2011, p. xvii).³

³ Tradução nossa de: "Una storia del giornalismo concepita in modo aperto alle dinamiche della società deve invece delimitare il proprio oggetto di studio come 'informazione di attualità rivolta al pubblico a frequenza periodica': una definizione più modesta ma che risulta confermata dalle indagini sui primi giornali dell'età moderna, che ne individuano il carattere di novità rispetto alle precedenti forme di comunicazione culturale nella varietà di contenuti e nella periodicità".

Pressupondo essa definição, que descarta as publicações institucionais do mundo antigo em cujo cerne a própria ideia de um público era radicalmente diferente, somos remetidos ao mundo mediterrânico do século XV, sabendo que ali, pela primeira vez, desenvolveu-se um comércio de papel impresso ou (sobretudo) manuscrito contendo *notizies*. Esse comércio deve ser contextualizado no interior de uma série de drásticas transformações no intelecto italiano, que assistia, ao contrário das monarquias absolutistas que começavam a se estruturar na Espanha, Suécia, Portugal, França e Inglaterra, a uma divisão constante do poder, rapidamente distribuído entre tiranetes que precisavam de uma racionalização política capaz de tornar possível a manutenção de fronteiras territoriais (BURCKHARDT, 2013). Esse fenômeno único, marca da micro-história italiana, foi que permitiu aos italianos o usufruto precoce da liberdade de imprimir. Contudo, a pressão de Estados maiores, mais rigorosamente orientados pela política absolutista, assim como a política inquisitorial do Vaticano, logo dariam um término à liberdade de impressão na Itália.

Temos, portanto, um fenômeno datado. As consequências do Renascimento não se espriam diretamente por todo o território europeu. Considerá-lo um marco que, numa só tacada, transformou os padrões de reflexividade europeus é efetuar uma leitura ingênua da história. É possível dizer, tendo como pano de fundo o longo imbróglio entre protestantes e católicos que se tornaria predominante, que a Europa como um todo não estava preparada para o Renascimento. Havia não apenas estruturas econômicas e políticas engessadas ao mundo feudal como também uma cosmovisão fortemente orientada pela leitura religiosa do mundo. Daí a liberdade de impressão ter encontrado espaço precoce em Estados pequenos, como em cidades-estados alemãs e nos Países Baixos, longe da tendência autocrática dos Estados de Antigo Regime que começavam a se consolidar por conta, justamente, das guerras religiosas. Seria necessária a chegada do século XVIII para que o mercado editorial tornasse o fluxo de ideias incontável. Ainda longe dessa busca pela liberdade estavam os livreiros e tipógrafos beneficiários de concessões de impressão regulamentadas pelos Estados de Antigo Regime.

A partir dessas considerações, podemos situar duas versões históricas que inserem o jornalismo em dois momentos bastante distintos da história europeia: uma que o torna dependente da indústria e de uma definição pontual de texto objetivo produzido em larga escala (cujo ponto de partida é o século XIX), e outra que o sugere como pioneiro e desenvolvedor de *avvisi*, folhas volantes, *newsbooks* e *canards* (situada no final do século XV e início do século XVI), quase concomitantemente ao surgimento

do mercado editorial. A primeira hipótese está fortemente ancorada nos estudos norte-americanos de Jean Chalaby, marcados por certa tendência apologética do padrão técnico. A segunda encontra respaldo entre os estudos lusófonos, fundamentados pela ideia de que as primeiras práticas informativas modernas já são, em si mesmas, jornalismo ou *pré-jornalismo*.

Nossa percepção do problema, por outro lado, está fortemente orientada pelo fenômeno da crítica moderna, como observado por Reinhardt Koselleck (1999), pela transformação estrutural da esfera pública, por Jurgen Habermas (1984) e James van Horn Melton (2002), e também pelo papel textualizador fundamental do jornalismo na modernidade, por John Hartley (1996). Daí situar-se, cronologicamente, entre as duas hipóteses, apenas reforçando, através de outros instrumentos, a ideia bastante disseminada mas pouco refletida de que:

O jornalismo é a prática de construção de sentidos da modernidade (a condição) e divulgador do modernismo (a ideologia); é um produto e promotor da vida moderna, e é *desconhecido nas sociedades tradicionais*. O jornalismo é mais intenso quanto mais "moderno" seu contexto, prosperando mais em contextos urbanizados, desenvolvidos, industriais e pós-industriais; suas florações mais densas e mais exóticas sendo encontradas onde a alfabetização, riqueza e diferenciação social são mais intensas, onde estilos de vida competitivos, individualizados são mais desenvolvidos (HARTLEY, 1996, p. 33, grifos nossos).⁴

Este estudo também parte da percepção da necessidade de uma preocupação contextual mais sólida para poder refletir de forma eficaz o conjunto de práticas sociais a que se denomina jornalismo. Isto é, da ideia de que não se pode, efetivamente, fazer uma *história do jornalismo* sem analisar seus vínculos institucionais e contextuais, sua recepção pelo público e a criação de convenções e estruturas discursivas fortemente dependentes do mesmo público. Quer dizer, o jornalismo transforma-se num ritmo muito constante, adequando-se às fisionomias mutantes do *leitor* moderno.

⁴ Tradução nossa de: "journalism is the sense-making practice of modernity (the condition) and popularizer of modernism (the ideology); it is a product and promoter of modern life, and *is unknown in traditional societies*. Journalism is more intensive the more 'modern' its context, thriving most in urbanized, developed, industrial and post-industrial contexts; its densest and most exotic flowerings being found where literacy, affluence and social differentiation are highest, where competitive, individuated lifestyles are most developed (HARTLEY, 1996, p. 33, grifos nossos).

A CULTURA DA NOTÍCIA

A ideia de um *pré-jornalismo* sugere a realização inevitável de um fenômeno no tempo, como se toda a contingência histórica existisse em virtude e para a execução desse mesmo fenômeno. Os fenômenos relativos a um mercado de notícias, que começam a delinear um *network* de informações no Mar Mediterrâneo, podem ser mais bem conhecidos e estudados se, ao invés de chamados “pré-jornalismo”, forem considerados como os materializadores de uma “cultura da notícia” que existe independentemente de qualquer prática jornalística.

Segundo a literatura alusiva ao fenômeno *pré-jornalismo*, o mais antigo impresso do gênero teria sido um relato de 1470 relativo à Queda de Constantinopla, impresso na cidade de Bolonha. Ainda que, assim como outros relatos impressos no período, contenha detalhes que, do ponto de vista narrativo, possam ser considerados semelhantes àqueles dispostos em jornais, é preciso considerar que sua estrutura de funcionamento, enraizamento social, propósitos políticos e vínculos com o leitor são radicalmente diferentes. Como sugere Jorge P. Sousa, este escrito bolonhês, bem como outros do gênero que circularam num espaço bastante alargado no final do século XV e início do XVI, antecipam alguns dos “critérios de noticiabilidade” contemporâneos:

A mais antiga folha volante de que há registro foi editada em Itália (Bolonha, 1470) e relatava a queda de Constantinopla e do Império Romano do Oriente (Império Bizantino), em 1453, e os subsequentes avanços dos turcos otomanos pelo Mediterrâneo oriental. Outras folhas faziam referência a fatos como a descoberta da América por Colombo (1493), a queda de Granada e a expulsão dos mouros de Espanha (1492), a queda de um meteorito em Ensisheim (1492) ou a entrada de Carlos VIII em Florença (1494). Outras ainda ofereciam informação comercial e política aos mercadores. Uma das primeiras folhas que subsistiu é a que narra a batalha de Flodden Field, em Inglaterra, datada de Setembro de 1513 e impressa por Richard Fawkes. Pode dizer-se, assim, que as notícias das folhas volantes já obedeciam a critérios de noticiabilidade idênticos aos contemporâneos, o que acentua a natureza cultural e histórica dos valores-notícia (negatividade, referência a fenômenos insólitos, novidade, referência a pessoas de elite, utilidade prática das informações, etc.) (SOUSA, s/d, pp. 59-60).

Alguns desses documentos, como aquele que Sebastian Brant compôs em 1492, relativamente à queda do Meteorito em Ensisheim, rapidamente ganhariam espaço na Europa. O objetivo de Brant, contudo, não era fornecer um retrato fiel da queda do meteorito: seu texto foi orientado pela percepção moralizante do evento, baseado num pano de fundo que remete à escatologia medieval. Sem dúvida, lembra Brant, a queda

do Meteorito funcionava mais como um alarme divino para a iniquidade do homem do que como resultado de forças naturais (ROWLAND, 1988).

Uma investigação histórica capaz de arrolar mais elementos reflexivos deverá perceber qual tipo de enraizamento histórico e cultural possuem esses escritos, sabendo que ainda não se devotou a eles qualquer exercício historiográfico efetivo no terreno da *história do jornalismo*. Antes de entrar no mérito de cada um deles, bastante diversos uns dos outros, devemos mapear qual universo conceitual em que estão inseridos, e se há a possibilidade de, nesse universo, termos alguma antecipação conceitual do jornalismo. O estudo hermenêutico dos documentos em si mesmos, posto que impossíveis neste espaço, deixaremos para uma oportunidade futura.

O que propomos aqui é um rascunho do *network* de informações no Mediterrâneo, que teria originado a edição de Bolonha de 1470, de forma a vasculhar ali precisamente o distanciamento daquelas práticas informativas das práticas e representações jornalísticas. Essa busca deverá ajudar a mapear melhor a mentalidade e o público relativos à emergência dos jornais enquanto produtos fundamentais para a estruturação das sociabilidades modernas. Trata-se, portanto, de um estudo das diferenças.

No seu trabalho sobre a ciência renascentista, Alexandre Koyré lembra que, ao colocar em suspensão a física aristotélica e sua ênfase na perfeição dos sentidos, o pensamento moderno abriu caminho para um período de credulidade, no qual a filosofia tendeu a valorizar mais a retórica e as estratégias de convencimento do que a Verdade (KOYRÉ, 2011). Dada a natureza incompreensível do mundo, o retórico é aquele que está mais próximo de possuir a verdade já que, no interior de uma infinidade de discursos possíveis, ele detém os instrumentos capazes de convencer o interlocutor. No vácuo deixado pela epistemologia escolástica, apareceram demonologias, livros de feitiços, horóscopos e relatos surreais. A própria realidade se reestruturava a partir da crise do intelecto medieval. Ao mesmo tempo em que se perpetuava essa “ontologia mágica”,

a curiosidade sem fronteiras, a acuidade de visão e o espírito de aventura que conduzem às grandes viagens de descobrimento e às grandes obras de descrição. Mencionarei apenas o descobrimento da América, a circum-navegação da África, a circum-navegação do mundo, que enriquecem prodigiosamente o conhecimento dos fatos e alimentam a curiosidade pelos fatos, pela riqueza do mundo, pela variedade e multiplicidade das coisas. Sempre que uma coleção de fatos e uma acumulação do saber se fizerem

suficientes, sempre que se pôde prescindir de teoria, o século XVI produziu coisas maravilhosas (KOYRÉ, 2011, p. 45).

Ainda que a curiosidade favoreça a circulação de notícias e relatos inusitados sobre o mundo durante o seu processo de desvelamento e descoberta, não existe uma *epistemologia* capaz de traduzi-lo em linguagem isenta de traços fantásticos. A ideia da magia é um componente forte da mentalidade renascentista. Os relatos do mundo exterior à Europa não obedecem necessariamente a critérios modernos, ainda que seu objeto seja amplo o bastante para permitir uma construção de padrões de reflexividade mais sofisticados, a ponto de começarem a embutir instrumentos filológicos.

Cabe lembrar que o jornalismo, como será pensado durante o século XVIII, apresenta-se como o reverso da retórica. No seu momento de definição deontológica, ele não é mais o discurso que convence, e sim a verdade que complementa e oferece subsídio para a compreensão do tempo. Trata-se, em outras palavras, da crítica que esclarece, o que só pode ser imaginado a partir do entendimento da própria atividade enquanto uma atividade que, já que socialmente importante, deve trazer embutida uma valoração sobre os seus princípios de ação. Assim, a epistemologia jornalística absorve o compromisso com a verdade que, se não é propriamente científica, é pelo menos o mais próximo que se pode chegar de uma coleta regular de dados empíricos.

Ainda mais importante do que a mentalidade é a inexistência de um público. Se não há uma mentalidade capaz de pressupor a existência de relatos confiáveis ou epistemologicamente *neutros* sobre a realidade, mais difícil ainda se torna a existência de um público regular, percebido como uma esfera de consumidores de cultura que, ao mesmo tempo em que é independente do Estado, é capaz de submetê-lo a um julgamento moral – o que caracterizará o período de maior ebulição de panfletos e jornais políticos no século XVIII.

Como sugere James van Horn Melton, podemos distinguir três significados de maior interesse histórico para público: o *publicus* romano, identificado com os espaços de circulação coletiva em detrimento dos espaços domésticos; o substantivo *publicum*, cujo significado remete mais especificamente para a política e sua área de ação correlata; e um significado cronologicamente mais recente, relativo a *public*, utilizado no sentido de audiência desvinculada de qualquer tipo de exercício da autoridade política. Trata-se do suporte para pensar o público como um conjunto de indivíduos anônimos vinculados à recepção de algum tipo de produto cultural:

Uma cultura de impressão cada vez mais dilatada proporcionou um meio através do qual os públicos fizeram suas opiniões conhecidas; espaços de sociabilidade novos ou em expansão como cafés, salões e lojas maçônicas foram outros destes espaços. Esses públicos surgiram no contexto de uma cultura de consumo em expansão, onde os produtos culturais estavam disponíveis para aqueles que podiam pagar por eles independentemente da sua hierarquia formal (MELTON, 2003, p. 1).⁵

O autor sugere que o fenômeno do público está diretamente vinculado à expansão das atividades de impressão. Quer dizer, não se poderia pressupor um público sem liberdade para imprimir e fazer circular escritos capazes de atingir conjuntos gradualmente maiores de *leitores*. De forma semelhante, segundo Pierre Rétat e Jean Sgard, o fenômeno impresso, quando livre dos esquemas da censura e privilégio de impressão, foi fundamental para a consolidação desse mesmo público:

O público seria então simplesmente, em uma dada sociedade, tanto os termos e a capacidade de um conjunto de ações próprias a determinados grupos: para aprender, conhecer, para alimentar a imaginação, desenvolver e definir e comportamento coletivo manter valores por meio da escrita. Como dispositivo móvel e permanente, periódica são provavelmente um dos primeiros instrumentos de organização, medição e análise do público no sentido moderno do termo (RETAT e SGARD, 1978, p. 25).⁶

Sendo difícil imaginar um jornalismo sem público, não seria ainda mais difícil imaginá-lo sem um código profissional? Na medida em que cresce a demanda por notícias, crescem também os imperativos sobre a conduta profissional em jogo, o que obriga os fabricantes de notícias a desenvolverem uma linguagem capaz de torná-los intermediários confiáveis. Trata-se de uma diferença substantiva, por exemplo, com relação à *Gazzete* publicada por Théopraste Rénaudot (1640), em que o privilégio de estampa e circulação restrita tornaram a linguagem do cronista bem mais independente do clamor dos seus *leitores*, que não possuíam identidade pública para requisitar transformações de método ou linguagem.

⁵ Tradução nossa de: “A burgeoning print culture provided one medium through which these publics made their opinions known; new or expanding arenas of sociability like coffeehouses, salons, and masonic lodges were another. These publics arose in the context of an expanding culture of consumption where cultural products were available to those who could pay for them, regardless of formal rank”.

⁶ Tradução nossa de: “Le public serait alors simplement, dans une société donnée, à la fois les modalités et la capacité d’un ensemble d’actions propres à certains groupes: s’informer, savoir, se nourrir l’imagination, élaborer des comportements collectifs et définir et conserver des valeurs par les moyens de l’écrit. En tant que dispositif mobile et permanente, les périodiques sont probablement l’un des premiers instruments d’organisation, de mesure et d’analyse du public au sens moderne du terme”.

Se admitirmos que o jornalismo depende de um público para se transformar, e que sua consolidação não é um processo autista, em que o jornalista emerge, como numa gênese espontânea, mas sim subsiste num processo dialético com a sociedade que fornece pautas e argumentos e constrói rituais de leitura, torna-se importante imaginar padrões normativos capazes de tornar a sua linguagem mais confiável. Isto significa, sobretudo, compromisso com a liberdade de impressão, a transformação (leia-se, progresso), universalidade ou verdade – ainda que verdade aparente, especulativa, dependente de paradigmas mutantes. Destarte, não teria o próprio jornalismo ajudado a transformar esses referenciais de verdade, requerendo um trânsito contínuo de informações verídicas – no sentido de que deveriam, ao menos, ser submetidas a um processo de validação e questionamento racional?

Tais procedimentos, sem dúvida, só viriam a ser forjados ao longo do século XVIII, durante a expansão da esfera pública que ajudou a normatizar a atividade do homem de letras. Evidentemente, essa definição exclui, de antemão, qualquer possibilidade de as *folhas volantes* possuírem um público no seu sentido mais moderno.

Os estudos de Chiara Pallazo são importantes para compreender os mecanismos escritos e manuscritos de interação no *network* de notícias mediterrâneo. A autora, através das vastas redes de informações criadas pelos negociantes e políticos venezianos, reconstrói de forma detalhada os esquemas noticiosos que permitem falar, no final do século XV e início do XVI, numa “cultura della notizia”:

No início do século XV, Veneza tinha representantes diplomáticos estáveis em todos os principais tribunais italianos e europeus, enquanto seus comerciantes estão presentes em comunidades nutridas em muitas praças comerciais. A cidade também é um cruzamento de estradas e sistemas postais que ligam os principais centros da península e desta última com a Europa, e, portanto, possui os requisitos ideais para funcionar como um importante polo de rede de informação (PALAZZO, 2011, p. 22).⁷

Os principais mecanismos de transmissão de notícias a longa distância são cartas, como a autora demonstra através da análise dos diários de Sanudo e Priuli. Preocupações jornalísticas estão completamente ausentes desse microcosmo italiano, ainda que Veneza crie a sua primeira gazeta em 1620. Utilizar o conceito “jornalismo”

⁷ Tradução nossa de: “Nel primo Cinquecento Venezia dispone di referenti diplomatici stabili in tutte le grandi corti italiane ed europee, mentre i suoi mercanti sono presenti in nutrite comunità in moltissime piazze commerciali²; la città inoltre occupa un punto di intersezione di sistemi viari e postali che collegano i principali centri della penisola e quest’ultima con l’Europa, e ha dunque i requisiti ottimali per funzionare quale grande *hub* del *network* informativo” (PALAZZO, 2011, p. 22).

para estudar esses *networks* informativos precoces torna mais difícil a compreensão do intelecto italiano e também da própria história. Sabe-se que é pouco provável termos ali um ambiente ou um público para a recepção de papéis públicos, como sugere o caráter predominantemente privado ou oficial das informações que cruzavam a Europa e o Mediterrâneo até chegarem no *hub* veneziano:

Sanudo não exclui totalmente a correspondência mercantil e em suas notas estão por vezes presentes cartas privadas ou "semipúblicas", dirigidas aos funcionários República (oradores, provedores etc.) à família e aos parentes. Sanudo emprega frequentemente as cartas para documentar eventos significativos de guerra, preferindo às vezes as cartas oficiais. A Companhia veneziana de Trieste e Fiuma, por exemplo, em maio de 1508, aparece documentada nos Diários de setenta e oito cartas, das quais vinte e uma são explicitamente privadas, a maioria do administrador na armada de-lei, mas também uma carta do secretário do administrador seu irmão e um par de sopracomito, sempre aos irmãos (PALLAZO, 2011, p. 30, tradução nossa).⁸

Se, do ponto de vista de um público, é bastante difícil imaginar qualquer possibilidade de jornalismo, o discurso torna essa possibilidade ainda mais remota. Será possível que, na aurora do mundo moderno, editores videntes fossem capazes de antecipar as raízes da profissão? Como demonstra Marino Zorzi, a disseminação da tipografia na península italiana, sobretudo nas cidades-estados mais prósperas, como Veneza, foi favorecida por uma legislação pouco coercitiva, que apenas cuidava estabelecer o privilégio de estampa para alguns livreiros-artesãos. Nesse período de consolidação da imprensa, a preocupação quase que exclusiva dos livreiros estava concentrada na reedição dos clássicos (MARIO ZORZI, apud. BARBIERATO e BOSCOLO, s/d, p. 10). Foram essas reedições que começaram a abrir um espaço editorial, garantindo a existência de grupos de leitores interessados em consumir informação impressa (Ibid, p. 9). Considerando que a Inquisição, criada por Paulo III em 1542 iria fazer decair o comércio livreiro, a Idade de Ouro da tipografia italiana possui um período de existência bastante curto. Nesse ambiente caracterizado pelo aumento da curiosidade e da necessidade de informações se disseminam os opúsculos e

⁸ Tradução nossa de: "Sanudo ad ogni modo non esclude del tutto la corrispondenza mercantile e nelle sue annotazioni sono talvolta presenti lettere private o 'semipubbliche', indirizzate cioè da funzionari della Repubblica (oratori, provveditori ecc.) a parenti e congiunti. Sanudo le impiega spesso per documentare fatti bellici rilevanti, sembrando a volte preferirle alle lettere ufficiali. L'impresa veneziana di Trieste e Fiume ad esempio, nel maggio del 1508, appare documentata nei *Diari* da settantotto lettere, di cui ben ventuno sono esplicitamente private, in maggioranza del provveditore in armata al genero, ma risulta anche una lettera del segretario del provveditore al fratello e un paio di un sopracomito, sempre ai fratelli" (PALLAZO, 2011, p. 30).

as folhas volantes, impressos de uma página contendo relatos extraordinários. Essas folhas, que mexiam com a curiosidade e eram vendidas por livreiros ambulantes, estão, evidentemente, bastante longe de constituírem uma forma de expressão jornalística, apesar de ajudarem a potencializar o mercado editorial italiano, cujo rápido florescimento duraria até a década de 1540 (Ibid., s/d, p. 18).

A OBJETIVIDADE COMO INDICATIVO DA GENESIS

Se, por um lado, a ideia de um início ancestral faz perder de vista a modernidade do jornalismo, a hipótese de que ele não possui dois séculos de vida descarta por completo qualquer possibilidade de o jornalismo apresentar transformações e hibridismos linguísticos. Nessa versão curiosa da história, nem os periódicos morais como *The Spectator*, os *journaux littéraires* ou o *new journalism* apresentam uma forma completa da profissão. Ela parte de um conceito de jornalismo confinado a um conjunto bem específico de atributos normativos, que se desenvolveu (e morreu?) nos Estados Unidos e Inglaterra, descartando tanto a etimologia, a criação de um público ou de regras profissionais, quanto a importância do jornalismo no mundo europeu, que já é bastante nítida ao longo do século XVIII. Jean Chalaby assim formula a sua proposta:

Eu argumentei que o jornalismo é uma invenção do século XIX. A profissão de jornalista e o discurso jornalístico é produto da emergência, durante este período, de um campo especializado e cada vez mais autônomo de produção discursiva, o campo jornalístico. Progressivamente, o discurso jornalístico tornou-se uma classe distinta de texto: agentes do campo jornalístico desenvolveram suas próprias normas e valores discursivos, como a objetividade e a imparcialidade. O modo jornalístico de escrever caracterizou-se por estratégias discursivas específicas e práticas, nem literárias nem de caráter político. Textos jornalísticos começaram a possuir características filológicas distintas, e o mesmo fenômeno discursivo pôde ser identificado nos textos que formavam o discurso jornalístico (CHALABY, 1996, p. 304).⁹

A concepção do jornalismo a partir do “field of discursive production”, “distinctive class of text”, “own discursive norms and values”, “particular discursive

⁹ Tradução nossa de: “I have argued elsewhere that journalism is an invention of the 19th century. The profession of the journalist and the journalistic discourse is the product of the emergence, during this period, of a specialized and increasingly autonomous *field of discursive production*, the journalistic field. Progressively, the journalistic discourse became a distinctive class of texts: agents in the journalistic field developed their own *discursive norms and values*, such as objectivity and neutrality. The journalistic mode of writing became characterized by particular *discursive strategies and practices*, neither literary nor political in character. Journalistic texts began to possess distinctive philological characteristics, and the same *discursive phenomena* could be identified in the texts which formed the journalistic discourse” (CHALABY, 1996, p. 304).

strategies and practices”, “distinctive philological characteristics” e “discursive phenomena”, comete o erro de atacar a questão evidenciando a perspectiva mais contingente do jornalismo, quer dizer, aquela relativa à sua apresentação textual. Evidentemente, se considerarmos o jornalismo como um *fenômeno discursivo* cujo aspecto mais visível é o enunciado objetivo, ele ficará confinado a um grupo bem limitado de profissionais, geralmente em torno da mídia impressa. A redução da história do jornalismo a questões de uma vertente empirista do conceito de objetividade torna-o imune a qualquer tipo de transformação histórica.

Ao mesmo tempo, é possível perceber como o campo de produção discursiva do jornalismo, se entendido como uma forma particular de construção de enunciados, já está amplamente disseminado no século XVIII. Como lembram Pierre Rétat e Jean Sgard, em seu estudo sobre vinte periódicos que circularam na França durante todo o ano de 1734, pode-se perceber uma série de estratégias textuais que começam a modular a profissão. E esse é o aspecto menos importante. Já existe um público consumidor, práticas de crítica literária e um correio de informações regulares que precisa ser organizado para um mercado consumidor. Evidentemente, o jornalismo francês na primeira metade do século XVIII não possui bases constitucionais relativas à liberdade de imprensa, o que a Inglaterra possui desde 1689; isso não quer dizer, contudo, que a indecisão censural e a dialética entre meios oficiais e os escritores não tenha permitido a construção de uma cultura profissional, o que admite que os autores falem numa “effervescence journalistique” (RETAT e SGARD, 1978, p. 30).

Dentre os periódicos em circulação na França, podemos destacar os “mensuel politiques”, mensários que ajudaram a transformar a “crônica dos tempos” predominantes nas gazetas ao buscar uma compreensão contextual do evento traduzido em notícia:

Esta fórmula, apresentada em 1734 pelo *Mercure Historique et politique et par les Mémoires historiques pour le siècle courant*, altera as perspectivas da gazeta relativas ao acontecimento. Ele inclui sequências cronológicas mais longas e lugares originais da informação relativos a áreas geográficas mais amplas (Ibid. p. 32).¹⁰

¹⁰ Tradução nossa de: “Cette formule, représentée en 1734 par le *Mercure Historique et politique et par les Mémoires historiques pour le siècle courant*, modifie les perspectives événementielles de la gazette. Elle regroupe les nouvelles en séquences chronologiques plus longues et les lieux d’origine de l’information en aires géographiques plus larges” (Ibid. p. 32).

Os periódicos de cunho mais estritamente informativo, na forma de crônicas limitadas aos interesses da Corte (Gazetas), conviveram com periódicos literários cujo destino era a “República das Letras” (Ibid., p. 40). No bojo dessa ebulição de jornais, em cujo seio já estão suficientemente disseminados os elementos de crítica e público, são construídos os principais elementos do jornalismo. O diálogo entre a informação oficial e a crítica literária torna possível o aparecimento dos primeiros exercícios profissionais de informação voltada para a esfera pública, o que permite aos jornalistas a construção de uma consciência acerca de sua representatividade política.

No cruzamento da história paralisada das gazetas e mercúrios, está a “história submetida à inspeção de uma consciência lúcida” dos jornais literários (RÉTAT e SGARD, 1978, p. 51). Gradualmente, com a diversificação dos formatos desses periódicos, e na conjunção de seus padrões reflexivos, o ecossistema comunicativo francês compreende um universo jornalístico que comporta tanto a crítica quanto a notícia *pura* (p. 52). O papel organizador e crítico do jornalista, nesse sentido, começa a transparecer:

O assunto da suposta carta pode assegurar; o jornalista como centro recebedor, igualmente. É por isso que em outros periódicos o jornalista negligencia a ficção da carta, e a substitui pela continuidade do seu próprio discurso, ou pelo discurso da história. O "nós" pelo qual ele se designa torna-se o centro imaginário do mundo; os eventos convergem para ser apresentados como um teatro aos leitores (RÉTAT e SGARD, 1978, p. 57).¹¹

A sugestão, portanto, de que o jornalismo francês não é jornalismo por conta de sua incapacidade de se divorciar da literatura, simplesmente não encontra respaldo documental. É verdade, sim, que os jornalistas franceses, sobretudo no século XIX, lamentarão a proximidade excessiva dos periódicos com a literatura, situação que tem bem menor espaço na cultura anglófona do mesmo período. Por outro lado, a partir de meados do século XX, os jornalistas norte-americanos irão sugerir uma releitura radical do jornalismo, propondo uma aproximação do realismo literário francês, fenômeno que foi chamado por Tom Wolfe de *new journalism*.

¹¹ Tradução nossa de: “Le sujet présumé de la lettre peut les assurer; le journaliste, comme centre récepteur, également. C’est pourquoi dans d’autres périodiques le journaliste néglige la fiction de la lettre, et y substitue la continuité de son propre discours, ou du discours de l’Histoire. Le 'nous' par lequel il se désigne devient centre imaginaire du monde; les événements y convergent pour être présentés comme un théâtre aux lecteurs” (RÉTAT e SGARD, 1978, p. 57).

Se não existe objetividade, existe a imparcialidade do texto, que sugere um compromisso do jornalista com o seu *leitor*. Nesse momento já estão disponíveis, seguramente, eixos discursivos que orientam o jornalismo independentemente da literatura, ainda que não uma técnica mecanística de formulação textual. Pierre Rézat e Jean Sgard sugerem ainda que o autor jornalista, no início do século XVIII, já se percebe como uma instituição discursiva com características próprias, quer dizer, neutras:

A ilusão é a de uma pura informação, a origem e a mediação se tornam fenômenos secundários, em grande parte evitados. Esta neutralidade informativa se deve menos a uma prudência crítica ou a uma regra moral que a um imperativo epistemológico. O conhecimento se espalha sem meio e sem apoio; no ato de conhecimento, o próprio objeto aparece; o sujeito universal não pode ter voz própria. O vetor da informação é negligenciado. O jornalista não é nem mesmo mais a voz do autor que nos foi transmitida, mas a verdade que precisa ser recebida, o material através do livro e periódica (1978, p. 58, tradução nossa do francês).¹²

O imperativo epistemológico de corresponder à verdade através da crítica documental e do exercício da neutralidade são pressupostos que, ao invés de deliberadamente “inventados” – numa palavra que, quando relativa a um fenômeno social complexo possui uso bastante temerário – desenvolvem-se a partir da conjunção de fatores que incluem também os diálogos entre periodistas morais ingleses e literatos franceses. Isso não torna, evidentemente, menos verdadeira a informação de que a tradição jornalística francesa vai assumir uma direção bastante distinta da anglo-americana. Não quer dizer, contudo, que o jornalismo tenha sido uma invenção metafísica, impossível e isolada do intelecto britânico.

CONCLUSÕES

A indefinição da resposta sobre a construção histórica do jornalismo deriva não apenas do fato de a gênese tão comumente buscada ser, enquanto um ponto absoluto no tempo, uma ideia mais teológica do que científica, como também da indecisão sobre

¹² Tradução nossa de: “L’illusion est donnée d’une information pure, l’origine et la médiation devenant des phénomènes secondaires, très largement éludés. Cette neutralité informative répond moins à une prudence critique ou à une règle morale d’impartialité qu’à un impératif épistémologique. La connaissance se propage sans milieu et sans support; dans l’acte de la connaissance, l’objet même apparaît; le sujet universel qui l’accueille ne peut avoir de voix propre. Le vecteur de l’information est donc négligeable. Par le journaliste, ce n’est même plus la voix de l’auteur qui nous est transmise, mais la vérité qui n’a besoin, pour nous parvenir, que de l’entremise purement matérielle du livre et du périodique” (1978, p. 58).

como conceituar o jornalismo independentemente da deontologia. Até porque os jornalistas só passam a ter alguma consciência daquilo que estão realizando ou buscando quando se relacionam com um público e se submetem a um exercício de crítica. Sem dúvida alguma, essa autocompreensão é uma dádiva do século XVIII, de forma bastante ampla, tendo como centros dispersores a França, Inglaterra, Holanda e Alemanha. E, na medida em que se autocompreendem e se submetem à crítica, também estão forjando estratégias discursivas para o delineamento de sua profissão – o que torna bastante difícil refletir, historicamente, o jornalismo de forma independente da deontologia.

Fenômenos impressos anteriores, como as Gazetas, predominantes no século XVII, encontram severas limitações de composição e circulação. São papéis do rei, que contam com a benevolência da Corte para fazer transitar crônicas importantes para essa mesma Corte. Por outro lado, as notícias dispersas que começam a ganhar espaço editorial no século XVI dizem respeito a uma “cultura da notícia” que não tem no jornalismo um eixo organizador importante, sendo que, na maior parte dos casos, as notícias de verdadeira importância circulam apenas em correspondência oficial ou privada – o público não era fundamental para legitimar a circulação da notícia.

Por outro lado ainda, tornar o jornalismo dependente de uma determinada forma de construção noticiosa, como se fosse um paradigma textual imutável, já que metafísico, é reduzir o fenômeno a apenas uma das faces de sua transformação profissional. Significa descartar todo o universo de linguagens que se ambientaram no jornalismo, organizando normas fundamentais da atividade, como veracidade e atualidade. Ambas as versões significam, portanto, um exercício que, em graus diversos, implicam nalgum tipo de superficialidade histórica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBIERATO, Federico e BOSCOLO, Cinzia. “Editoria a venezia nei secoli d’oro”. s/d. <http://www.venicefoundation.org/pdf/vif27specialeeditoriavenezia.pdf>. s/d Acesso em Março de 2015.

BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália*. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

CHALABY, Jean. "Journalism as an anglo-american invention". 1996.
<http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic1347207.files/Chalaby%20journalism.pdf>

Acesso em Março de 2015.

GOZZINI, Giovanni. *Storia del giornalismo*. Milano: Bruno Mondadori, 2011.

HARTLEY, John. *Popular reality: Journalism, Modernity, Popular Culture*. New York: Oxford University, 1996.

KOYRÉ, Alexandre. *Estudos de História do Pensamento científico*. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

MELTON, James van Horn. *The rise of the public in Enlightenment Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

PALAZZO, Chiara. *Nuove d'Europa e di Levante*. Il network veneziano dell'informazione agli inizi dell'Età Moderna (1490-1520). 2011.

SOUSA, Jorge Pedro. *Breve história do jornalismo no Ocidente*. s/d. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf> Acesso em Março de 2015

RÉTAT, Pierre e SGARD, Jean. *Presse et histoire au XVIIIeme siècle*. L'année 1734. Paris: CNRS, 1978.

ROWLAND, Ingrid. A Contemporary Account of the Ensisheim Meteorite, 1492. 1990. Disponível em: <http://adsabs.harvard.edu/full/1990Metic..25...19R> Acesso em Março de 2015.